





## EDITORIAL

## O novo cerco fiscal que pesa no bolso do contribuinte

A Receita Federal e o Banco Central estão redesenhando o tabuleiro financeiro brasileiro. O que até pouco tempo era visto como uma simples prestação de contas anual agora se transforma em um sistema de vigilância permanente sobre o dinheiro que entra e sai da conta de cada cidadão. Desde o início de outubro, a Receita vem ampliando o alcance de sua fiscalização sobre pessoas físicas, mirando especialmente nas movimentações bancárias acima de R\$ 5 mil mensais — e não apenas nos rendimentos declarados.

Na prática, isso significa que qualquer contribuinte que receba R\$ 3 mil e gaste o mesmo valor já pode cair na lupa do Fisco. É um avanço tecnológico e institucional que promete fechar brechas e combater a sonegação, mas também levanta questionamentos sobre privacidade, transparência e o peso burocrático sobre o cidadão comum. O argumento da Receita é claro — mais controle significa mais justiça fiscal. Afinal, a arrecadação é o combustível que mantém o Es-

tado de pé. O problema é quando o zelo arrecadatório ultrapassa o bom senso. Muitos contribuintes, especialmente os de renda média, poderão ser intimados a explicar movimentações corriqueiras — um Pix de ajuda familiar, o pagamento parcelado de um curso, ou até a venda de um bem usado. E, com o cruzamento de dados automatizado, o risco de cair na malha fina se multiplica.

A engrenagem não para por aí. Em 2026, entra em cena o Drex, o real digital do Banco Central, que será usado em transações entre empresas, registros imobiliários e operações interbancárias. Na teoria, o sistema promete agilidade, padronização de preços e combate à subavaliação de imóveis. Na prática, significa mais uma porta de acesso do Estado às informações financeiras dos cidadãos. O governo fala em transparência; o contribuinte enxerga vigilância.

A reforma tributária aprovada em janeiro de 2025 também entra nesse pacote. Com a criação de novos tributos — CBS, IBS e IS — e a implementação do split payment,

que retém automaticamente os impostos nas transações, o Brasil caminha para um modelo de cobrança instantânea. O exemplo dado por Bech é didático: numa venda de R\$ 1 mil, com alíquota de 12%, o vendedor recebe R\$ 880; os R\$ 120 restantes vão direto para o caixa do governo. O dinheiro do contribuinte nem chega a esquentar na conta.

Do ponto de vista do Estado, é eficiência pura. Do ponto de vista de quem paga, é mais uma redução no fluxo de caixa e, potencialmente, no poder de consumo. E quando o consumo desacelera, a economia sente — o próprio especialista alerta para o risco de pressão inflacionária nos próximos anos.

O fato é que o contribuinte brasileiro entra em uma nova era: digital, transparente e controlada. A promessa é de justiça fiscal; o receio é de que o remédio seja mais amargo que a doença. O desafio do governo será equilibrar eficiência arrecadatória com respeito ao cidadão, garantindo que o combate à sonegação não se transforme em um Estado que tudo vê, mas pouco devolve.

## ARTIGO DE OPINIÃO

## O desmantelamento silencioso da democracia

Por Eduardo Berbigier. Advogado tributarista, especialista em Agronegócio, membro dos Comitês Jurídico e Tributário da Sociedade Rural Brasileira e CEO do Berbigier Sociedade de Advogados

As contínuas manifestações de descontentamento, vistas em frente aos quartéis em 2022 e, mais recentemente, em diversas cidades, sinalizam que uma parcela significativa da população brasileira entende profundamente os desafios políticos do país. Longe de serem meros atos isolados de frustração, esses movimentos revelam um crescente despertar cívico e a clara percepção de que as estruturas tradicionais de poder e representação não estão mais atendendo aos anseios populares. É um clamor que indica que a sociedade não apenas reconhece a crise institucional em curso, mas também busca, de forma ainda incipiente, os meios para resistir ao que muitos consideram ser um desmantelamento gradual e silencioso da ordem democrática estabelecida.

Contudo, essa mesma população encontra-se privada dos meios de ação necessários para transformar sua indignação em força política organizada, uma carência imposta por uma elite. Faltam-lhe, por exemplo, militância e lideranças.

Em contraste, a esquerda, com mais de 150 anos de tradição mundial e presença consolidada no Brasil há mais de 50 anos, demonstra consciência exata da importância da militância e da mobilização. Recentemente, um líder esquerdista declarou: "Queremos militância nas faculdades privadas". Há muitos e muitos anos, a esquerda está presente nas faculdades públicas e privadas, pois os universitários são

os futuros economistas, arquitetos, advogados, juizes e políticos — a "classe falante" — que sustentarão o movimento ideológico.

Lembrando a célebre frase "É a economia, estúpido!", cunhada por James Carville em 1992 para focar a campanha de Bill Clinton, é fundamental que a sociedade brasileira tenha consciência: É a política!

É preciso ter plena clareza de que a esquerda detém um poder de controle considerável sobre inúmeros veículos e profissionais de comunicação, universidades e seu corpo docente, a classe artística (cantores, escritores, autores de novelas) e boa parte da infraestrutura estatal.

Nesse cenário, a eleição de senadores, deputados, governadores, prefeitos e vereadores, muitas vezes, significa apenas colocá-los dentro de um esquema de poder já estabelecido e dominado.

Isso fica claro nas votações e nos acordos legislativos que, quase sempre, atendem exclusivamente aos interesses dos próprios parlamentares, em detrimento dos interesses reais do País. Regras legislativas são alteradas não para o bem público, mas para garantir a permanência no poder de forma indefinida ou para favorecer seus sucessores e apaniguados. Muitos passam a ocupar cargos no governo e são pautados pela mídia de esquerda.

Erosão democrática e cenário...

Continue lendo em nosso portal  
[www.jcorreiodopovo.com.br](http://www.jcorreiodopovo.com.br)

## EDITAIS

LEILÕES JUDICIAIS EM Guaraniãçu/PR - 1º LEILÃO: Somente na modalidade eletrônica, no dia 04/11/2025, às 10:00 horas, por preço igual ou superior ao da avaliação. 2º LEILÃO: Somente na modalidade eletrônica, no dia 18/11/2025, às 10:00 horas, pelo maior lance, desde que não caracterize preço vil. (art. 891, § único, CPC). Local: Site do leiloeiro - www.simonleiloes.com.br - LEILOEIRO: Elton Luiz Simon Jucepar 09/023-L, cuja remuneração será da seguinte forma: Os honorários do leiloeiro deverão ser depositados no ato da arrematação. Em se tratando de arrematação, corresponderão a 5% (cinco por cento) do valor do lance, sob responsabilidade do arrematante; em caso de transação ou de pagamento da dívida, após designada arrematação e publicados os editais, a comissão do leiloeiro será de 2% (dois por cento) do valor da transação/pagamento, a ser pago pelo executado; de adjudicação, será de 2% (dois por cento) do valor da adjudicação, a ser pago pela parte exequente. Intimação: Fica(m) desde logo intimado(s) o(s) executado(s), cõnjuge(s), condômino(s), coproprietário(s), usufrutuário(s), credor(es) hipotecário(s), fiduciário(s) e demais credores de acordo com o art. 889 da Lei 13.105/2015, se por ventura não for(em) encontrado(s) para intimação pessoal. Caso houver qualquer impedimento nas datas e horários o leilão será realizado no dia útil seguinte. **CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:** O pagamento deverá ser realizado à vista pelo arrematante. O interessado em adquirir o(s) bem(ns) imóvel(is) em prestações poderá apresentar por escrito, antes da realização do leilão, proposta para pagamento parcelado nos termos do art. 895 do CPC, com entrada mínima de 25% da arrematação e saldo parcelado em até 30 (trinta) meses, corrigido. **VARA CÍVEL:** Autos 0000636-09.2022.8.16.0087 de Execução de Título Extrajudicial em que é Exequente Refare Ltda e Executado(s) JOSE FERNANDO LIEBER ZABLOSKI. **BEM(NS):** Somente a Fração de 50% pertencente ao ora executado José Fernando Lieber Zabioski, dentro da seguinte área maior: Uma área de terras rurais constituída pelo LOTE N° 108, medindo 555.142,00 m2 ou seja 55,5142 ha. sem benfeitorias, situado na GLEBA N° 01 do Imóvel "Catanduvas" no Município e Comarca de Guaraniãçu/PR, conforme dados limites e confrontações constantes da Matrícula 7.139, do Livro N° 02, Ficha N°01, do Cartório de Registro de Imóveis desta Cidade e Comarca de Guaraniãçu/PR. **AVALIAÇÃO:** Avalio o imóvel acima penhorado em: VALOR DO ALQUEIRE PAULISTA: R\$ 110.000,00. VALOR DA AVALIAÇÃO REFENTE A ÁREA TOTAL DO IMÓVEL: R\$ 2.522.300,00. VALOR DA AVALIAÇÃO DE 50% ÁREA PENHORADA PERTENCENTE AO EXECUTADO JOSÉ FERNANDO LIBER ZABLOSKI: R\$ 1.261.150,00 em 28/01/2025. **AVALIAÇÃO ATUALIZADA (50% DA ÁREA):** R\$ 1.269.504,62 em 15/09/2025. **ÔNUS:** Os que constarem nos autos. **DEPÓSITO:** Em mãos do executado. **DÍVIDA:** R\$ 32.200,98 em 15/08/2022, valor sujeito à atualização mais as custas processuais. **RELAÇÃO COMPLETA DOS BENS E MAIS INFORMAÇÕES:** Simon Leilões - (46) 3225-2268 - www.simonleiloes.com.br

Mudas Frutíferas - Pinus - Eucalyptus - Gramas  
Paisagismo - Dedetização - Alevinos - Adubo orgânico  
Insumos agrícolas - Manutenção de Jardim



42 3635 1087 42 3635 2196

Rua Marechal C. Rondon | 2567 | Laranjeiras do Sul | Paraná

**Correio**  
DO POVO DO PARANÁ



Filiado a  
**FALE COM O CORREIO DO POVO:**  
Geral: (42) 3635-2944  
Sugestões: (42) 99828-1511

**REDAÇÃO ADMINISTRAÇÃO E PARQUE GRÁFICO**  
R. Cel. Guilherme de Paula, 876 - Centro - Laranjeiras do Sul - PR - Cep 85301-220  
Fone: (42) 3635-2944

**CIRCULAÇÃO:** Cantuquiriguaçu e Amocentro; Laranjeiras do Sul, Guaraniãçu, Quedas do Iguaçu, Cantagalo, Nova Laranjeiras, Cândói, Três Barras do Paraná, São Jorge do Oeste, Rio Bonito do Iguaçu, Virmond, Saudade do Iguaçu, Diamante do Sul, Ibema, Catanduvas, Campo Bonito, Porto Barreiro, Marquinho Goioxim, Espigão Alto, Foz do Jordão, Reserva do Iguaçu, Pinhão, Guarapuava, Palmittal, Pitanga, Laranjal, Sulina, Chopinzinho, Boa Ventura do São Roque, Santa Maria do Oeste, Saudade do Iguaçu e Coronel Vivida.

É proibida a reprodução do conteúdo deste jornal, em qualquer meio de comunicação, eletrônico ou impresso, sem autorização escrita do Jornal Correio do Povo do Paraná.

Não nos responsabilizamos por opiniões publicadas por seus autores ou fontes, que não refletem necessariamente a opinião deste jornal. Nosso objetivo é fazer com que este veículo seja um instrumento de informação de interesse coletivo. Não nos responsabilizamos por informações contida em anúncios de terceiros.

Fundado em 21 de setembro de 1991  
GRÁFICA E EDITORA CANTU LTDA  
CNPJ: 02.175.166/0001-74

**Diretora Executiva:** Joiceli do Santos Fabrício  
**Jornalista Responsável:** Ademir Fagundes - RP 2453  
**Diretora Adjunta:** Fabiana Fabricio  
**Editores-Chefe:** Ana Cristina Gandim  
**Impressão:** Gráfica Correio

**REPRESENTAÇÕES:**  
Guaraniãçu (42)3635-2944  
Quedas do Iguaçu (42)99929-6410

Lindomar Pereira - lindomarquedasjc@gmail.com  
Curitiba e Brasília Merconeti Soluções em Mídia (42)3079-4666 - www.merconeti.com.br

**ASSINATURAS**  
Receba diariamente na porta de sua casa as edições do Correio do Povo e fique por dentro de todas as novidades da região, estado, país e mundo!

**Impresso**  
Anual: R\$ 299,90  
**Digital**  
Anual: R\$ 108,90  
Mensal: R\$ 9,90  
**Impresso + Digital:**  
Anual: 349,90  
Mensal: 29,90  
\*Valor promocional para novos assinantes

**VENDAS EM BANCA**  
Edição única: R\$ 4,00

Contato: (42) 99828-1511

**CONTATOS ONLINE**  
Redação: redacao@jcorreiodopovo.com.br  
Anúncios: comercial@jcorreiodopovo.com.br  
Telemarketing: telemarketing@jcorreiodopovo.com.br  
Classificados: recepcao@jcorreiodopovo.com.br  
Gráfica-serviços: grafica@jcorreiodopovo.com.br  
Publicidade legal: publicacao@jcorreiodopovo.com.br